

## ENCONTROS E DESENCONTROS NO CENTRO DA MULHER BRASILEIRA (CMB) ANOS 1970-1980\*

**Rachel Soihet**

*Resumo: Apresentar um panorama do significado do Centro da Mulher Brasileira (CMB) no Rio de Janeiro/RJ para as lutas feministas nos anos 1970-1980 constitui-se o objetivo deste artigo. A partir de entrevistas com militantes e utilização de fontes documentais serão focalizadas divergências de encaminhamento dessas lutas, como parte de preocupações com o processo de formação de identidades nesses movimentos, ressaltando-se a posição das esquerdas naquela organização.*

*Palavras-chave: feminismos; desencontros; consciência de gênero.*

Nos anos 1960/1970, boa parte do mundo parecia estar de “ponta cabeça”. Naqueles anos, irrompera a rebelião contracultural nos Estados Unidos, estendendo-se à Europa, em especial à França. Aí Maio de 1968 tornou-se emblemático, em sua tônica incidia na contestação aos valores tradicionais e à sociedade de consumo típicos do capitalismo, sem esquecer as críticas ao “socialismo real”. Também na América Latina dominava a efervescência, dando lugar à Revolução Cubana em 1959, acompanhada pela movimentação de estudantes e trabalhadores, em busca de transformações naquelas sociedades desiguais, movimentação, em grande parte, frustrada pela sucessão de golpes militares (RIDENTI, 2000, p. 135). Por outro lado, ainda nos Estados Unidos, desencadearam-se naqueles anos a luta dos negros em busca dos direitos civis, seguida pelos protestos contra a guerra do Vietnã, emergindo, igualmente, a rebelião das mulheres. Assim, vem à tona uma nova vaga feminista nos Estados Unidos e na Europa, a qual também se manifestou no Brasil e que será objeto desta abordagem.<sup>1</sup> Ele enfocará, mais precisamente, o Rio de Janeiro, pela análise das diversas correntes do feminismo no Centro da Mulher Brasileira – CMB,

\* Colaboraram nesta pesquisa as bolsistas Flávia Copio Esteves, Nataraj Trinta Cardoso, Cecília Chagas de Mesquita do CNPq e Erika Silva Ferreira do PIBIC. Este texto é uma versão modificada e acrescida de outras questões do artigo elaborado com Flávia Copio Esteves, “O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980” (no prelo).

<sup>1</sup> A primeira vaga feminista desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XIX, quando as mulheres lutaram para obter o direito à educação, ao voto, ao trabalho, aos direitos civis. Destacou-se, no Brasil, a campanha liderada por Bertha Lutz, entre 1919 e os anos 1930.

além de buscar vislumbrar sua contribuição na formação de uma consciência de gênero em algumas de suas componentes.

Segundo Yasmine Ergas, o termo feminismo indica um conjunto de teorias e de práticas historicamente variáveis em torno da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres (ERGAS, 1994, p. 590). Confirmando tal perspectiva, observa-se a luta das feministas pelos direitos sociais, como ocorrera anteriormente, em termos de leis de proteção ao trabalho feminino, no tocante às questões da discriminação sexual, da licença maternidade, de igualdade salarial etc. Mas novas questões foram colocadas em suas pautas de reivindicações, distintas daquelas de feminismos anteriores, expressando o momento histórico em que estavam inseridas. Em consequência, destacam-se nas agendas feministas certos aspectos como as mobilizações contra a demarcação rígida de papéis de gênero que sobrecarregava as mulheres com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos. As “políticas do corpo” assumiram caráter significativo, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando a plena assunção de seu corpo e de sua sexualidade (aborto, prazer, contracepção), opondo-se à violência sexual, não mais admitindo que esta fosse uma questão restrita ao privado, cabendo a sua extensão ao público. Igualmente, proclamava-se a “existência de uma inextricável ligação entre o reino do corpóreo e a constituição da subjetividade” (ERGAS, 1994, p. 601). Apontavam tais mulheres como uma mistificação em relação à separação entre o público e o privado, entre o pessoal e o político, insistindo sobre o caráter estrutural da dominação, expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático apresentava-se obscurecido, como se fosse produto de situações pessoais. Longe estaria o político, portanto, de estar ausente dessa esfera, na qual se desenvolvem múltiplas relações de poder (VARIKAS, 1997, p. 67). Assim, ao estabelecer o lema de que “o pessoal é político”, o movimento feminista alertava as mulheres acerca do caráter político de sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, sendo suas mazelas identificadas como meramente pessoais (COSTA, 2005, p. 11).

No Brasil, essa nova vaga feminista manifestou-se no momento em que o país se via acossado pela ditadura militar, após o golpe de 1964, fator que contribuiu para que o feminismo aqui surgido assumisse características peculiares. De um lado, enfrentou a oposição do governo que via com desconfiança qualquer forma de organização da sociedade; de outro dos grupos de esquerda que consideravam que a luta deveria se polarizar contra o governo autoritário e a desigualdade de classes aqui vigente.<sup>2</sup> Destaque-se, nesse particular, o jornal alternativo *O Pasquim* que, ao mesmo tempo que se opunha ao regime por meio da ridicularização, voltava sua mordacidade, igualmente, para as mulheres que se decidiram pela luta com vistas a

<sup>2</sup> Foi encontrada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, documentação do DOPS, na qual pode ser verificado o acompanhamento das atividades do feminismo, atribuindo-o à conspiração comunista internacional. Entre outros: “Encontro do Movimento de Mulheres no Brasil”. Informação nº 1303 DI/DGE, Rio de Janeiro, 05 ago. 1981.

atingir direitos, ou que assumiam atitudes consideradas como inadequadas à feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros. Ridicularizavam as militantes, utilizando-se dos rótulos de “masculinizadas, feias, despeitadas”, quando não de “depravadas, promíscuas”, conseguindo os articulistas grande repercussão. Depreende-se dessa conduta o temor da perda do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros, no que evidenciavam forte conservadorismo, contrastante com a atitude vista como libertária de alguns desses elementos em outras situações (SOIHET, 2005, p. 308).

Por outro lado, seguiram-se ao golpe de 1964 manifestações de movimentos de esquerda, muitos dos quais recorreram à luta armada, da qual participaram mulheres. Embora tal não significasse, necessariamente, uma preocupação destas com as desigualdades de gênero, sua participação nestes movimentos configurava uma forma de transgressão, pois fugia às normas tradicionalmente prescritas para o comportamento feminino (RIDENTI, 1990, p. 114-115). Além disso, conforme depoimentos, algumas ali perceberam diferenças no tratamento com relação às mulheres que, na maioria dos casos, ficavam na posição de coadjuvantes, o que contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência feminista entre muitas militantes (ALVAREZ, 1988, p. 327). Assim, foi importante a influência de grande parte dessas mulheres que passaram a residir no exterior, em sua maioria na situação de exiladas políticas, outras na condição de estudantes. Elas entraram em contato com os movimentos de liberação de mulheres na Europa, especialmente em Paris e nos Estados Unidos, e se encarregaram de divulgar no Brasil, por meio de correspondência e publicações, as idéias dos referidos movimentos, conseguindo significativa repercussão (GOLDBERG, 1987, p. 59-60).

Ainda nos anos 1960, começa a se delinear no Brasil uma preocupação em avaliar a situação das mulheres na sociedade e nas relações entre os gêneros. E, sintomaticamente, neste mesmo ano é traduzida a obra de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, magistral trabalho que prenuncia a emergência dos estudos sobre as mulheres e do próprio feminismo, relacionando-os com as grandes linhas de pensamento da época. O livro também antecipa a posterior noção de gênero com sua célebre reflexão acerca de que a mulher não nasce, mas se torna mulher. Surgia, também, uma produção local, ressaltando-se Rose Marie Muraro, com o livro *A mulher na construção do mundo futuro*, de 1967, além de *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de Heleieth Safiotti, de 1969, e a coluna escrita por Carmen da Silva na revista *Cláudia*, “A Arte de ser Mulher”, já a partir de 1963.

Em 1971, ressalta-se a vinda ao Brasil da presidente da NOW – National Organization of Women, Betty Friedan. Promovida pela editora Vozes, para o lançamento de sua obra *A mística feminina*, publicada originalmente em 1963, a visita provoca inúmeros debates sobre o movimento feminista nos Estados Unidos e na Europa. Na obra citada, Friedan apontava os inúmeros problemas que as mulheres norte-americanas atravessavam no período pós-guerra, reivindicando o reconhecimento das potencialidades femininas e a ampliação do campo de atuação das mu-

Iheres, além de enfatizar seu poder de decisão sobre seu próprio corpo e seu futuro.<sup>3</sup> A imprensa, inclusive o jornal *O Pasquim*, explorou sua suposta feiúra, sua agressividade, provocando-a com questões ligadas ao aborto, ao lesbianismo, à queima de sutiãs, de uma forma que não deixava dúvidas sobre o propósito de ridicularizá-la. Ficavam em segundo plano suas idéias acerca da libertação do homem e da mulher da prisão imposta por valores e atribuições já ultrapassados.<sup>4</sup> Tal reação permite avaliar a oposição renhida com relação às mudanças que se propunham quanto às relações de gênero, configurando uma forma de violência simbólica. Isto porque a reiteração dessas imagens das feministas como masculinizadas, pesadas como elefantes, perigosas, feias, bruxas contrapunha-se ao ideal feminino, constantemente reatualizado, de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação, não poucas vezes levando as mulheres a rejeitar sua inserção no feminismo e até a combatê-lo (CHARTIER, 1995, p. 40-44).<sup>5</sup>

Em 1975, declarava a Organização das Nações Unidas que aquele seria o Ano Internacional da Mulher, fato que serviu de mote no Rio de Janeiro para que mulheres que já se reuniam para a discussão da problemática feminina solicitassem o apoio da citada entidade e da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, a fim de promover a “Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira”, realizada entre os dias 30 de junho e 6 de julho de 1975, alcançando expressiva repercussão.<sup>6</sup> Amplos debates envolvendo questões ligadas às mulheres na sociedade brasileira tiveram lugar nesse evento, englobando temas como a situação jurídica da mulher, sua inserção no mercado de trabalho, a educação e os papéis sexuais, as representações do feminino nas artes e nos meios de comunicação, além de aspectos vinculados ao corpo feminino.<sup>7</sup> Constituindo-se numa brecha em meio ao autoritarismo que pesava sobre o país, dele participaram personagens de significativa importância, entre eles, Celso Furtado, que retornava ao Brasil depois de longo afastamento e que considerou o “feminismo o maior e mais importante movimento deste final de século”.<sup>8</sup> A partir daquele momento, o CMB passou a representar o movimento feminista no Rio de Janeiro, ocorrendo a criação de entidades análogas

<sup>3</sup> Betty Friedan está aqui, e o homem corre perigo. *Diário da Noite*, [S.l.], sexta-feira, 16 abr. 1971, ed. matutina, 1º Caderno, p. 10 em ESTEVES, Flávia Copio. *A visita de Betty Friedan ao Brasil: anos de contestação e movimento feminista*. [S.l.: s.n.], [19—]. Mimeo.

<sup>4</sup> FRIEDAN, Betty. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 94 em AS GRANDES entrevistas do Pasquim. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1976. p. 68-76; Líder feminista prevê greve do sexo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 abr. 1971. Folha Ilustrada, p. 30.

<sup>5</sup> A violência simbólica supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação, correspondendo à interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal.

<sup>6</sup> O evento decorreu da iniciativa de um pequeno grupo de mulheres, segundo as entrevistas realizadas com Leila Linhares Barsted e Maria Luisa Heilborn (Malu), respectivamente, em 13 de abril de 2004 e 11 de maio de 2005. Estas seriam a própria Leila, Branca Moreira Alves, Mariska Ribeiro, Elice Munerato, Maria Luiza Heilborn, Maria Helena Darcy de Oliveira (Marhel), Miriam Campello, Sandra Boschi, Berenice Fialho Moreira, Tessy Callado e Rosário Nascimento Silva.

<sup>7</sup> MUNERATO, Elice. A brasileira, esta desconhecida. *Opinião*, [S.l.], n. 138, p.19, 27 jul. 1975.

<sup>8</sup> AUGUSTO, Sérgio. É isso aí... *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 312, p. 3, 20-26 jun. 1975.

em outros locais do Brasil, ressaltando-se o surgimento, em São Paulo, dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, ainda nesta segunda metade da década de 1970, além do *Mulherio*, já nos anos 1980.

Não tardaram, porém, as divergências entre suas componentes, revelando, de um lado, a complexa situação política do país e, de outro, a influência dos movimentos internacionais. As primeiras dissensões decorreram de questões ligadas à estrutura e forma de organização da nova entidade. De forma similar a uma tendência que se iniciara nos Estados Unidos e estendera-se pela Europa, uma corrente defendeu a criação e o funcionamento espontâneo de “grupos de autoconsciência”. Outra se manifestou pela criação de uma entidade com personalidade jurídica, contando com um órgão de coordenação dos grupos de reflexão e que incentivasse atividades prioritárias. Alegou-se a necessidade de uma cobertura legal e institucional para realizar reuniões e atividades, e esta posição acabou por prevalecer.

Quanto à denominação, houve debates sobre a utilização ou não da palavra “feminista” no nome da futura organização. Venceu a posição de não utilizá-la, alegando-se seu conteúdo estigmatizante. Igualmente, optou-se pela não utilização da expressão “movimento de liberação”, ocorrendo certa imprecisão quanto às expressões “movimento feminista” e “movimento de mulheres”, por parte das sócias do Centro. Observe-se que o estatuto do CMB se refere a grupos de reflexão, em vez de “grupos de autoconsciência”, termo utilizado por movimentos de liberação de mulheres em outros países, como forma de designar uma prática centrada no debate e na reflexão sobre as experiências pessoais de cada participante. Justificava-se a opção pela necessidade de se proteger da repressão, uma vez que a palavra “autoconsciência” poderia ser confundida com militância política. Surgiu, desta forma, uma ambigüidade com relação às práticas desenvolvidas por esses grupos – alguns se intitulavam “de reflexão”, “de trabalho”, ou ainda, “de reflexão e trabalho”. A tendência foi no sentido de desenvolver atividades derivadas do estudo e da pesquisa sobre temas fundamentais referentes à situação da mulher trabalhadora, como a questão das creches do município do Rio de Janeiro (GOLDBERG, 1987, p. 108-109). Uma pesquisa sobre sexualidade, tema também discutido pelas participantes do CBM, deu origem ao grupo Ceres (LINHARES, 2004, p. 7).<sup>9</sup>

Goldberg identifica nessas tendências uma tipologia similar àquela que se apresentava nos movimentos europeus e americanos: um feminismo liberal, que propunha a conquista de direitos na sociedade existente, com vista ao atingimento da igualdade entre mulheres e homens; um feminismo socialista, que ela denomina de marxista ortodoxo, que buscava a conscientização das mulheres com relação à emancipação, por meio do trabalho, organizando-as contra a exploração capitalista, na luta pelo advento de uma sociedade sem classes, na qual desapareceriam as desi-

<sup>9</sup> Em sua entrevista, concedida em 13 de abril de 2004, Leila Linhares Barsted cita, além dela, como membros do referido grupo: Sandra Azeredo, Mariska Ribeiro, Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, “num primeiro momento a Malu, em algum momento a Comba Marques Porto também tem espaço nesse grupo”.

gualdades, e um feminismo radical, que centrava a luta na conquista da autonomia em todas as dimensões da existência, enfatizando a importância de se debater questões especificamente ligadas à opressão das mulheres, tais como a sexualidade, o aborto, a violência contra a mulher, reivindicando, ainda, uma organização menos centralizada.

De acordo com Margareth Rago, aquelas que priorizavam o conceito de classe em relação ao de sexo faziam-no por uma questão estratégica para conseguir aceitação na esfera pública masculina que se reconstituía. Atitude, segundo ela, fundamental num momento em que eram grandes as barreiras para a entrada das mulheres na política, quer aquelas impostas pela ditadura militar, quer as criadas pela dominação masculina, no âmbito da direita ou da esquerda (RAGO, 1995-1996, p. 35). Por outro lado, depoimentos demonstram a presença nesses movimentos de mulheres de partidos de esquerda, não necessariamente feministas, que naquele período de autoritarismo deles participavam, pois ali vislumbravam uma perspectiva de atuação.<sup>10</sup>

Pelas entrevistas realizadas com algumas das integrantes do CMB, assim como pela leitura atenta das atas das assembleias, pode-se vislumbrar a presença de divergências, embora, em seu depoimento, Maria Luiza Heilborn (Malu) reconheça que aquela

era a organização política possível naquele momento. [...] Porque na verdade tinha uma questão que era ligada a discutir a condição feminina brasileira, sobretudo, num momento de profunda ditadura no Brasil, muito rigorosa, mas, na verdade, o foco era, o foco tradicional é o da esquerda. (MALU, 2005, p. 5)

A agenda da esquerda era de integração, mas, segundo Malu, “não tinha uma perspectiva feminista”. Visava à “integração da mulher no mercado de trabalho, à mudança no Código Civil, que era muito desfavorável à posição feminina na sociedade, à participação política feminina”, o que, para muitas, se constituía numa dimensão do feminismo, mas para outras privilegiava a problemática da divisão de papéis, da violência contra as mulheres, da sexualidade e da subjetividade, reivindicações secundárias. O Centro da Mulher Brasileira apresentar-se-ia naquela época sobretudo como um grande espaço de atuação legítima das forças de esquerda; seria “uma fachada legal, essa é minha versão radical, [...] de atuação das mulheres comunistas, ligadas ao PC, ao Partido”. Aliás, confirmando a influência que os partidos pretendiam exercer nas decisões do CMB, refere-se Moema Toscano à “marca desses partidos, que queriam dizer eles como é que nós íamos nos comportar. Eles queriam ditar

<sup>10</sup> “As mulheres que queriam integração ao sistema, legalidade e estrutura eram militantes políticas [...] e elas achavam que o nosso feminismo era burguês, diziam que queríamos ficar olhando para nossos umbigos quando no país havia repressão e toda uma situação social a ser mudada.” (Entrevista 3. In: GOLDBERG. Entrevistas de Moema Toscano. 17 de junho de 2003 e de Lígia Maria de Souza Coelho Rodrigues 01 de fevereiro de 2005).

as regras. O Partido Comunista [...] já trazia o recado pronto do que a gente devia fazer" (TOSCANO, 2003, p. 13).

Sem dúvida, haveria um predomínio de mulheres que se vinculavam a organizações de esquerda, embora não necessariamente ao citado partido, e que subordinavam a problemática das relações de poder entre homens e mulheres às questões mais gerais da sociedade, marcadas pelo autoritarismo do regime militar, após o golpe de 1964. Em sua atuação, elas se empenhavam em desenvolver atividades voltadas para a conscientização das mulheres dos segmentos populares. De acordo com a perspectiva marxista-leninista, boa parte das feministas colocava-se, naquele momento, como vanguarda revolucionária do movimento das mulheres, necessária para orientar as trabalhadoras em sua missão histórica. Legitimavam-se, assim, articulando-se com os outros movimentos de luta pela redemocratização do país (RAGO, 1995-1996).

A competência dessas mulheres em fazer valer suas posições é acentuada por Malu:

[...] são mulheres admiráveis nesse sentido, vejam só, porque elas tinham traquejo político. Você sabe que reunião é traquejo político, ô: questão de ordem, questão de encaminhamento, questão de não sei o quê, essas mulheres estavam hipertreinadas pra isso [...] eu não queria aquilo: [...] eu tenho horror a isso! É outro tipo de atuação política [...] e essas mulheres tiveram muita habilidade, eu acho que foi um caminho. (MALU, 2005, p. 14)

Os depoimentos obtidos nas entrevistas são unânimes em afirmar a vinculação política de algumas mulheres, como se pode perceber no depoimento de Leila Linhares Barsted, ao declarar que o Seminário da ABL foi: "um dos primeiros atos em plena ditadura, que as pessoas iam para discutir [...] as mulheres, mas que de alguma maneira tinha uma conotação bem política, até porque as organizadoras eram mulheres que vinham de militância política. Todas nós vínhamos de militância política" (BARSTED, 2004, p. 6).

Mais adiante, informa: "desde o colegial que eu tinha uma militância política [...], de Partido Comunista. Isso sem ter ninguém da minha família, foi assim, realmente, um interesse meu de me aproximar desse grupo e não de outro grupo". Hildete Pereira de Melo também revela: "eu nunca ouvi falar na década de 50 de luta de mulher. Eu me interessei pela política e entrei no Partido Comunista em 1961, ainda adolescente, ainda no científico" (PEREIRA DE MELO, 2005, p.1) Outra das depoentes, Lígia Maria Coelho Rodrigues, afirma que durante longo tempo considerava que

essa história de feminismo é uma bobagem, o problema é a luta de classes. O grande problema da sociedade é a opressão capitalista. É a divisão entre o capital e o trabalho. A revolução que tem que ser feita é a revolução dos trabalhadores. Eu era de esquerda, era trotskista, tudo que todo mundo era naquela época (COELHO RODRIGUES, 2005, p. 7).

Em coerência com o maior número de sócias, a agenda feminista, naquele primeiro momento, destacava as questões socioeconômicas, como a inferioridade salarial, a dupla jornada, a falta de creches etc. (MANINI, 1995-1996, p. 50). Além dessas questões, sobreleva a preocupação com a reforma do Código Civil, além do engajamento na luta pela libertação dos presos políticos, com o apoio ao Movimento Feminino pela Anistia (MFA). “E o Centro foi, durante algum tempo, um Centro mesmo de debates, discussão, polêmica, posicionamento político, isso para nós sempre esteve muito claro”, informa Moema Toscano. Nesse sentido, outros temas vistos como fundamentais quanto à opressão das mulheres, tais como a sexualidade, o aborto, a violência, bem como aqueles voltados para a discussão sobre a assimetria de poder nas relações entre homens e mulheres, enfatizando problemáticas ligadas à subjetividade e às relações interpessoais, aspectos privilegiados nas reivindicações dos feminismos nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, eram evitados. Estes só deveriam ser discutidos nos grupos de reflexão, aliás, nem sempre bem vistos, a fim de não prejudicar as alianças entre os setores que se opunham à ditadura, marcadamente, a Igreja Católica, aliada nesta luta. Cabe mencionar que a maioria dos grupos de esquerda, tampouco, era simpática às demandas feministas, considerando o movimento divisionista, além de julgá-lo um fenômeno importado e de caráter burguês “porque havia, inclusive, uma discussão na esquerda de que a gente dividia, porque a gente colocava a luta da igualdade das mulheres, estava dividindo o movimento operário”, como explica Hildete Pereira de Melo.

Insatisfações se fizeram sentir, dando lugar ao afastamento de algumas das sócias, inclusive, fundadoras. Entre as descontentes estava a própria Malu que, por discordar da “idéia de transformar o Centro num lugar de conscientização política, pelo tipo de literatura e atividades propostas”, passa a participar apenas de um grupo de reflexão (GOLDBERG, 1987, p. 120). Outras, sem se desligar, formalmente, do CMB, mantiveram-se no seu grupo de reflexão, como se percebe no depoimento de Leila Linhares Barsted, do grupo Ceres o qual “nunca rompeu formalmente com o Centro da Mulher Brasileira, [...] a gente ia lá de vez em quando e tal, mas a gente estava em outra de alguma forma”. O CMB funcionaria como “um grupo terapêutico mesmo, sem terapeuta” no qual “queríamos refletir sobre nós mesmas”, centrando as reflexões na questão da sexualidade feminina.

Em fins de 1978, diante da realização de eleições, as mulheres mais comprometidas com a política partidária escassearam no Centro, fato que deu margem à reaproximação daquelas que divergiam da linha predominante. O momento coincidiu com a entrada no CMB de novas sócias com experiência de participação em movimentos de liberação em outros países. Entre elas, havia algumas vindas de Paris, como a já citada Lígia Maria de Souza Coelho Rodrigues, além de duas antropólogas, a italiana Bruna Franchetto e a americana Leni Silverstein, e a jornalista holandesa Dorinne (GOLDBERG, 1987, p. 137).

Segundo Malu, uma das que se reaproximaram, tal fato, aliado à perspectiva do I Encontro Nacional de Mulheres, programado para 1979, deu novo ânimo, para que ela, “a Bruna, a Ajuda e a Lígia” buscassem “fazer algo no Brasil para divulgar o aborto e a contracepção, o que desencadeou uma briga inacreditável”. A física Lígia Maria Coelho Rodrigues relata seus primeiros contatos com o Centro, no início de 1979, ao retornar da França onde se “convertera” à causa feminista. Ressalta sua surpresa quando, em reunião para organizar o Encontro Nacional de Mulheres a ser realizado naquele ano, percebe que questões como a violência contra a mulher e a sexualidade não seriam abordadas. Ao sugerir a inclusão do tema da violência, “logo fui catalogada: Essa aí vem com idéias estrangeiras, idéias de uma realidade que não tem nada a ver com o Brasil”, obtendo a seguinte resposta de uma das componentes do CMB: “Aqui no Brasil é diferente da França. Aqui no Brasil mulher que apanha do marido é porque gosta”.

Nesse sentido, observa-se da parte das mulheres que no momento dispunham de hegemonia no CMB uma preocupação em acentuar “nossas condições específicas”, diversas daquelas de países onde já existiria “um feminismo avançado”. Esqueciam-se que as influências internacionais seriam inevitáveis, pois não vivíamos isoladas, ainda mais naquela conjuntura, em que eram muitas as brasileiras vivendo no exterior, em decorrência do governo militar aqui instalado. Recorriam constantemente ao argumento da “recusa em adotar conceitos e formas importadas”,<sup>11</sup> para justificar a não-aceitação de propostas que fugissem da linha predominante, ou seja, aquela que privilegiava questões ligadas ao trabalho feminino, creches, educação. A pressão no sentido de inserção das novas temáticas, ligadas ao corpo, à sexualidade, à discussão dos papéis de gênero, tornava-se, porém, a cada dia mais insistente, aglutinando apoios crescentes.

Realizadas as eleições, as militantes voltaram ao Centro para a organização do referido encontro, programado para os dias 8, 9 e 10 de março de 1979. O clima tornou-se extremamente tenso nas assembleias gerais, diante da proposta de um seminário sobre o tema “Livre apropriação do corpo da mulher”. A proposta de uma discussão acerca da violência contra a mulher teria igualmente sido motivo de conflito e divergência.<sup>12</sup> No tocante à composição do citado encontro, as sócias Malu e Maria Helena Darcy de Oliveira (Marhel) propuseram os seguintes painéis, para o que solicitaram o apoio do CMB: Saúde e Sexualidade da Mulher (os projetos de controle da natalidade), Mulher e anticoncepção (informativo-riscos) e Aborto. De um modo geral, todas estiveram de acordo com os dois primeiros painéis. Quanto ao último, surgiram discordâncias. As sócias que se manifestaram favoravelmente acentuavam que esta era uma questão fundamental, já que se constituía num tabu, delas discordando outras, que informaram já haver um projeto do governo para a legalização do aborto. Após muita discussão, chegou-se à conclusão de que era

<sup>11</sup> *Boletim do Centro da Mulher Brasileira*, [S.l.], n. 2, 1977.

<sup>12</sup> Entrevista da física Lígia Maria Coelho Rodrigues.

<sup>13</sup> Assembleia Extraordinária – 6 de janeiro de 1979.

necessário fazer uma outra assembléia para continuar o debate com maior número de sócias.<sup>13</sup>

Realizaram-se mais duas assembléias em torno da questão do aborto.<sup>14</sup> Intervenções sugerindo o adiamento do debate foram rebatidas. Uma das sócias reiterou sua posição contrária à introdução desse tema, recorrendo ao argumento de que as realidades da França e do Brasil eram muito diferentes, além do que se devia considerar a posição da Igreja. Salientou ainda que duvidava de que o CMB estivesse interessado no tema, já que o número de mulheres presentes era muito pequeno. Outras apoiaram tal posição, mencionando questões mais relevantes na sua perspectiva, como o trabalho das mulheres, necessidade de locais para deixarem as crianças, salário, referendando a questão de que a discussão representaria o abandono de aliados, demonstrando seu alinhamento com as posições no CMB que subordinavam a problemática da mulher às questões gerais da sociedade. Enfim, as discussões mantiveram-se acesas, figurando o tema “Mulher e Sexualidade” na programação do evento, embora a questão do aborto não estivesse presente.

Tais fatos teriam levado a uma reunião fora do Centro, elaborando-se em 4 de março de 1979 o “Documento das 21”, a ser lido no Encontro Nacional. Entre aquelas que o assinaram estavam algumas das sócias fundadoras do CMB e mulheres recém-chegadas do exterior, que buscavam uma aproximação com o feminismo no Rio, depois de terem desenvolvido uma prática com grupos feministas europeus. Uma delas, a própria Lígia, assim se refere a sua experiência em Paris: “O grupo que eu fazia parte lá era também totalmente libertário. Tinha aquelas famosas reuniões... Eram essencialmente grupos de reflexão, mas, volta e meia, se faziam ações concretas. Coisas de panfletar, pichar muros. Todas essas coisas que, aliás, eu adorava” (COELHO RODRIGUES, 2005, p. 10).

Mas, apesar de toda oposição, os temas foram incorporados e das oito comissões, nas quais se repartiram 400 mulheres, duas voltavam-se para a sexualidade e para a violência.<sup>15</sup> A respeito do fato, afirma Lígia: “(Foi) a primeira vez que um grupo de mulheres se juntou no Brasil para discutir estupro, espancamento no casamento, todas essas coisas.” De qualquer forma, procedeu-se no Encontro à leitura do “Documento das 21”, no qual suas signatárias expressavam tanto seu posicionamento com relação ao Centro da Mulher Brasileira (CMB), como o que entendiam por feminismo. Após discorrer acerca das esperanças iniciais no advento do CMB como um espaço de troca de experiências e de realização coletiva de objetivos, a partir do despertar da consciência da opressão específica que recai sobre as mulheres, manifestavam o desapontamento com o rumo tomado pelo mesmo. Comportamentos e atitudes autoritárias, agressividade, ausência de afetividade entre as mulheres, existência de temas tabus teriam sido a tônica de muitas assembléias.

<sup>14</sup> Assembléia Extraordinária – 23 de janeiro de 1979 e Continuação dos Debates – 30 de janeiro de 1979.

<sup>15</sup> “Em vez de praia: discussão” *Jornal Lampião da Esquina*, abril de 1979, apresenta matéria sobre a abordagem da sexualidade no Encontro. Sobre a Comissão de Violência, entrevista citada.

Enfatizavam, ainda, o desinteresse no estreitamento de laços com outras mulheres numa perspectiva feminista, nos espaços abertos pelas associações de bairro, profissionais e de comunidades. Assim, indagavam: como conhecer a realidade e amplitude da sexualidade feminina, diferenciando suas experiências sexuais dos mitos masculinos impostos às mulheres?

Com o “Documento das 21”, buscavam mobilizar as mulheres para uma reflexão sobre o feminismo e o CMB, expressando coletivamente suas críticas e expectativas, a fim de transformar a entidade num espaço que considerassem, realmente, *feminista*. Ainda propunham que os grupos de reflexão se constituíssem em espaços de debates entre as mulheres que os integravam, programando e realizando suas práticas segundo seus interesses e conveniências, sem vinculação burocrática com outros espaços por elas ocupados, numa estrutura descentralizada, não devendo suas reuniões reproduzir os modelos masculinos de hierarquização e competitividade. Frisavam que as mulheres deviam “assumir suas aspirações e reivindicações específicas na vida pessoal, política e econômica, fortalecidas por um movimento próprio, sem subordinação a outros grupos que também travavam debates e lutavam pela transformação da sociedade”.

Depreende-se que suas signatárias apresentavam posições próximas do “movimento de liberação das mulheres”, como se apresentava na França, nos anos 1970, ou do chamado “feminismo radical”, nos Estados Unidos. Para tais correntes, o feminismo significava a aquisição de uma atitude solidária entre as mulheres, às quais caberia assumir a luta contra as atitudes autoritárias e práticas opressoras em todas as instâncias da vida privada e pública, sem o que não se poderia conceber nenhuma revolução na ordem social, daí a ênfase no documento acerca da importância de uma “estrutura descentralizada” para o CMB. Observa-se também que destacavam a relevância da discussão da sexualidade, considerada por aquelas correntes como uma questão fundamental para a conquista da autonomia para as mulheres. Ser expropriada do seu corpo era muito simplesmente ser expropriada do seu eu (ER-GAS, 1994, p. 600).<sup>16</sup> Tal autonomia se faria conquistar pela troca de experiências em pequenos grupos de autoconsciência, aqui chamados de reflexão, espaços nos quais as mulheres compartilhariam experiências e problemas vivenciados nas relações entre os sexos, entre eles, aqueles relativos à sexualidade, à contracepção, à violência. Tal recurso possibilitaria constatar a semelhança de inúmeras de suas problemáticas e descobrir que não se tratava de problemas únicos nem particulares, mas sim parte da opressão sofrida por todas as mulheres, dando margem ao estabelecimento da irmandade de gênero ou da sororidade (MACHADO, 1992, p. 25).

O “Documento das 21” revelava ainda que havia profundas divergências entre as componentes do CMB. As signatárias do documento defendiam que as mulheres deveriam assumir seus próprios interesses, sem subordinação a quaisquer outros

<sup>16</sup> Tais idéias eram muito próximas do movimento da contracultura, iniciado nos anos 1960, que se voltava para a crítica dos costumes e da moralidade convencional (PEREIRA, 1983, p. 14).

grupos, numa crítica à posição majoritária das sócias do centro que sustentavam que se deveriam subordinar as questões específicas das mulheres aos interesses da sociedade mais ampla.

Enfim, após uma assembléia que rejeitou a proposta de uma estrutura mais descentralizada para o CMB, a maioria das mulheres que assinou o “Documento das 21” decidiu-se pelo desligamento do CMB em abril de 1979.<sup>17</sup> Surgia, assim, o Coletivo de Mulheres do qual se originou, em 1981, uma outra organização, esta voltada para a violência contra as mulheres, o SOS Mulher.<sup>18</sup> No entanto, o CMB, após a cisão, passou a incorporar reivindicações das demais tendências, inclusive a questão da descentralização, que chegou a ser adotada. Porém, diante do esvaziamento observado no Centro, decidiu-se pelo retorno do Colegiado à sua direção, de acordo com os estatutos aprovados em assembléia geral de 18 de outubro de 1980.<sup>19</sup> Também questões outrora combatidas com afinco, como aquelas relacionadas ao aborto e à violência contra as mulheres, passaram a integrar as preocupações do CMB, não apenas por ações individuais de algumas de suas componentes, mas até por decisões em Assembléias Gerais.<sup>20</sup> Tal mudança é confirmada pela física Lígia Maria de Souza Coelho Rodrigues: “Não, aí, depois que o Coletivo se firmou, o CMB mudou. E, depois de algum tempo, a gente fazia tudo, todo mundo junto”. Esta nova postura do CMB é também ratificada por jornais da época.

Sem dúvida, a conjuntura revelava-se mais favorável à emergência de tais manifestações e à consolidação de suas propostas com a abertura política intensificada pela aprovação da Lei da Anistia pelo Congresso, em 28 de agosto de 1979. Esta lei possibilitou a volta de exiladas que haviam recebido grande influência do feminismo estrangeiro, especialmente do europeu. Esta experiência, aliada à das mulheres que permaneceram no país nos anos 1970 e que construíram os feminismos locais, deu a esses movimentos uma nova configuração. A anistia possibilitou ainda uma época de maior liberalização, de menos repressão e mais possibilidades de manifestação, já que o AI-5 não estava mais em vigor (SARTI, 2004, p. 40).

O fim do bipartidarismo, a partir de 1980, traz novas mudanças ao cenário político do país. Surgem outras agremiações, desenvolvem-se associações de diversos tipos, assim como sindicatos. Este fato contribuiu para que muitas mulheres, que até então permaneciam no CMB, se decidissem pela atuação em outros espaços, mais identificados com a postura clássica dos movimentos de mulheres, sem quais-

<sup>17</sup> Assembléia Geral, 21 de abril de 1979. Entrevista com Lígia Maria Coelho Rodrigues.

<sup>18</sup> Assembléia Geral, 21 de abril de 1979. Entrevista com Lígia Maria Coelho Rodrigues, 01 de fevereiro de 2005.

<sup>19</sup> A Assembléia Geral de 14 de julho de 1979 decidiu adotar experimentalmente a proposta de descentralização.

<sup>20</sup> Entrevista com Hildete Pereira de Melo. Já na assembléia de 3 de agosto de 1979, o grupo “Mulher e Saúde” declara sua intenção de produzir um caderno sobre métodos anticoncepcionais; a de 18 de outubro de 1980 denuncia a violência contra a mulher.

quer pretensões feministas. Ao mesmo tempo, novas mulheres ingressaram no CMB, enquanto outras, que já se consideravam feministas ou que se “converteram” ao feminismo ali permaneceram. Este é o caso, por exemplo, de Santinha, que confessa ter ido “para dentro do Centro da Mulher Brasileira levando essas questões marxistas-leninistas”. Gradativamente, porém, sem abrir mão de desejar a igualdade social, ela passou a considerar que “tem uma coisa que se chama igualdade de gênero que é uma base superior...” (SANTINHA, 2005, p. 40). Nesta sua postura, evidencia-se a tomada de consciência de gênero (PERROT, 1994, p.503) como decorrência de sua participação naquela entidade, o que confirma o pensamento de E. P. Thompson, ao afirmar que no processo de luta emerge a consciência de classe (THOMPSON, 1984, p. 37). Nos diversos casos, porém, o termo “feminismo” mantinha-se associado a diferentes significados e representações. De qualquer forma, como já assinalado, a experiência de muitas mulheres no movimento estudantil ou mesmo na guerrilha fez ver a inúmeras delas a discriminação com que eram tratadas. Em sua maioria, eram relegadas a atividades subalternas e/ou consideradas próprias ao seu sexo, o que contribuiu para que muitas decidissem reivindicar um movimento autônomo, com demandas específicas, até então ignoradas, e que passam a empolgar o cenário das manifestações.

Na verdade, na década de 1980, os movimentos feministas no país tornaram-se uma força política e social consolidada, em que as relações de gênero assumiram primeiro plano. Campanhas contra os abusos com relação às mulheres no que tange a temas até então ignorados merecem espaço cada vez mais amplo na mídia, como resultado da mobilização das feministas e da própria modernização da sociedade brasileira. Assim, a partir desse momento, questões antes colocadas em segundo plano, vistas como próprias à esfera privada, tais como as relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à violência, foram legitimadas e trazidas à esfera pública, reconhecendo-se sua dimensão política. Parte-se para a afirmação do universo cultural feminino, e temas tabus são trazidos à tona.

Segundo Marilena Chauí, a violência é uma relação de força, tanto em termos de classes sociais, quanto em termos interpessoais. Decorre da conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Verifica-se também a violência na ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa, caracterizando-o pela inércia, pela passividade, pelo silêncio (CHAUÍ, 1984, p. 35). Em maio de 1979, um fato trouxe à discussão a violência contra as mulheres, num caso de assédio sexual. Uma recepcionista do *Jornal do Brasil* apresentou queixa, em instâncias superiores do jornal, contra um editor que a bolinara. Ela foi demitida, assim como sete colegas que lhe prestaram solidariedade, pedindo sua readmissão. Prenunciando os novos tempos, o CMB envolveu-se com a questão, pela participação ativa de algumas de suas componentes nos protestos contra a atitude do jornal. Além do CMB, outras entidades feministas puseram-se à frente de um movimento pela reintegração das recepcionistas, utilizando-se de várias iniciativas, tais como “carta aberta à Condessa Pereira Carneiro, diretora-presidenta do JB, e aos jornais; telegramas de repúdio à

---

Niterói, v. 7, n. 2, p. 237-255, 1. sem. 2007 249

arbitrariedade, contatos diretos com a Condessa [...]”. A deputada Heloneida Studart pronunciou um discurso sobre o episódio na Assembléia, na terça feira, 8 de maio, o que só foi noticiado pela *Folha de S. Paulo*. Já na sexta, dia 11, o deputado Raimundo de Oliveira leu uma carta elaborada pelas feministas. A grande imprensa, no entanto, continuou sem se manifestar. Não obtendo qualquer resposta do *Jornal do Brasil*, as feministas conclamaram a população a participar de uma manifestação em 18 de maio, em frente à sede do jornal, em nome da defesa dos direitos humanos e em oposição à violência contra a mulher.<sup>21</sup>

O *Pasquim*, jornal alternativo que, com seu estilo irreverente, costumava contrapor-se às medidas autoritárias do governo militar, foi um dos poucos que abriram espaço para um de seus articulistas protestar contra o ocorrido. Embora denunciasse “o silêncio que o ‘esprit de corps’ dos poderosos sempre sabe providenciar”, ele teve censurada a divulgação do nome do editor que motivara a questão, o que ocasionou severas críticas do jornal *Lampião da Esquina*,<sup>22</sup> que declarou:

E por falar em caneta Pilot, a dita cuja voltou a ser utilizada, na redação do *Pasquim*, durante o fechamento da edição de 18/5. Só que, dessa vez, quem a manejava não era um censor, mas sim, o cartunista Zivaldo, que resolveu tirar, de um texto escrito por Sérgio Augusto, o nome do fauno que atacou a moça no *Jornal do Brasil* (vide matéria na página 5). Para um jornal que tanto sofreu por causa da Censura, como o *Pasquim*, foi uma coisa imperdoável (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979).

A partir de então, a questão da violência contra as mulheres, que merecera resistências ao ser colocada na pauta de reivindicações no CMB, passa a se constituir em uma de suas prioridades, em casos que iam do assédio sexual, como o relatado anteriormente, até os assassinatos em nome da legítima defesa da honra, os estupros, os espancamentos etc. Entre eles, teve grande repercussão na época o julgamento de Doca Street, como era conhecido Raul Fernando do Amaral Street, que assassinou Ângela Diniz, sob a alegação de que ela o traíra. Na primeira instância, Doca Street recebeu pena mínima, o que acabou se constituindo num fato crucial para a formação do processo da consciência de gênero no Rio de Janeiro. A atuação das feministas no episódio contribuiu decisivamente para apontar a mudança de mentalidade por que passava a sociedade brasileira. Inicialmente, houve um movimento de apoio ao assassino. Segundo uma pesquisa envolvendo dez pessoas, sete o absolveriam. Das cinco mulheres consultadas, apenas uma professora condenaria Doca.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> Arquivo pessoal de Moema Toscano. Assinavam o documento: Centro da Mulher Brasileira, Comissão Violência contra a Mulher, Comissão Documentação, Comissão de Contra-Infamação, Grupos de Reflexão do Coletivo de Mulheres, Jornal Geração (Maceió).

<sup>22</sup> AUGUSTO, Sérgio. É isso aí: direitos humanos (2). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 516, 18-24 maio 1979; Mulher não é maçaneta: tira a mão daí! *Lampião da Esquina*, [S.l.], n. 13, jun. 1979.

<sup>23</sup> Doca Street, culpado ou inocente?: o povo é quem julga. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1978.

Esta atitude inicial de certa indiferença das feministas constituiu-se, mais tarde, em objeto de zombaria, por parte de Ziraldo, crítico dos mais contundentes do feminismo. No *Pasquim*, ele provocava: “Atenção, feministas do Brasil! Atenção, bravas lutadoras pela causa do feminismo neste país! Cadê sua organização? Cadê sua tática de luta? Cadê o trabalho que vocês fizeram no caso Doca Street?”.<sup>24</sup>

Jornais da época, assim como o depoimento da economista e professora da UFF Hildete Pereira de Mello, dão testemunho, no entanto, da grande mobilização que se deflagrou depois, pedindo a revisão de pena, sob a justificativa de que a impunidade seria uma grande ameaça para a sociedade brasileira. Com vista a reverter o quadro desfavorável às mulheres, para o julgamento que fez com que Doca fosse até aplaudido ao chegar ao Fórum de Cabo Frio para o julgamento, é redigido um Manifesto com 461 assinaturas, condenando o machismo na sociedade brasileira.<sup>25</sup> O documento enfatizava a rejeição a uma decisão que afetava não apenas Ângela Diniz, mas todas as mulheres que, de algum modo, fugissem ao modelo de comportamento prescrito para o sexo feminino. O julgamento de Doca expressava claramente a maneira pela qual a sociedade brasileira resolvia as relações de poder entre os sexos: o masculino poderia impunemente assassinar uma mulher que não correspondesse ao seu papel tradicional.<sup>26</sup> Segundo a defesa de Doca, Ângela fugia a essa imagem, já que, ao se separar do marido, deixara os filhos. “Haverá coisa mais chocante? Por que abandonou os filhos? Não foi, decerto, por um comportamento normal, seráfico, honesto”,<sup>27</sup> provocava *O Globo*. Ao comentar os argumentos da defesa de que o assassino fora movido pela paixão, o jurista Heleno Fragoso referese ao caráter anacrônico e pouco sério da questão que nos fazia remontar aos primeiros anos da República, quando os crimes passionais faziam a glória do júri, invocando-se a perturbação dos sentidos e da inteligência, para garantir a absolvição.<sup>28</sup>

Antes do segundo julgamento, há uma crescente mobilização, com manifestações de rua. Numa delas, a escritora Rose Marie Muraro, em meio a 500 pessoas, exige a condenação de Doca e declara: “[...] o que nós queremos é que caia a legítima defesa da honra”.<sup>29</sup> Além das manifestações no Rio, uma caravana dirige-se a Cabo Frio, onde 52 entidades feministas se reúnem vestidas de preto, declarando que “a cor simboliza nossa opressão, e a revolta contra um assassino tornado herói”. Nas mãos, levavam faixas que diziam: “Se Se Ama Não Se Mata, Quem Ama Não Mata, Abaixo a Farsa da Legítima Defesa de Honra”.<sup>30</sup>

<sup>24</sup> ZIRALDO. Atenção feministas! *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 570, p. 5, 30 maio/05 ju. 1980.

<sup>25</sup> Doca Street é aplaudido ao chegar no Foro de Cabo Frio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1979.

<sup>26</sup> Manifesto assinado por 461 pessoas condena o machismo na sociedade brasileira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1979. No primeiro julgamento, Doca fora condenado a apenas dois anos e dois meses de detenção, permanecendo em liberdade, por força de sursis. Cf. Cabo Frio: grupo feminino quer “Doca” condenado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 nov. 1981.

<sup>27</sup> Doca Street é aplaudido ao chegar no Foro de Cabo Frio. op. cit.

<sup>28</sup> Acusação diz que Doca não é criminoso passional. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 out. 1979

<sup>29</sup> Feministas querem “fazer as cabeças”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 nov. 1981.

<sup>30</sup> No Julgamento de “Doca”, a União das Mulheres de Negro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 nov. 1981. Aliás, o dístico “Quem Ama não Mata” é posteriormente apropriado pela TV Globo, que realizou um programa assim intitulado.

Humberto Telles, defensor de Doca Street, diante da pressão das feministas, provoca: “filhas de Hitler, camisas negras da Itália e falanges franquistas: são mulheres fascistas, pois não se voltam para uma luta política por melhores condições de vida, ao lado do homem. Sua briga é contra o homem, com claro componente homossexual”.<sup>31</sup>

Dessa forma, utiliza-se de um velho recurso de atribuir características masculinas às mulheres que não se resignavam à passividade. Na verdade, em seu depoimento, revela os ganhos que a atuação feminista estava obtendo ao declarar que a “pressão dos movimentos feministas, nestes dois anos entre o julgamento anterior e o atual, tem pesado muito fortemente na formação de uma opinião pública contra meu cliente”.

Em meio ao processo de mudança cultural, em marcha, a condenação do réu foi uma vitória das feministas, modificando uma prática que se vinha reproduzindo e reatualizando ao longo do tempo. Com o processo de “abertura política”, em fins da década de 1970, vieram à tona as questões que até então se mantinham encobertas pelo temor de prejudicar uma causa mais urgente, qual seja, a democratização do país. Consolidou-se a consciência de que a igualdade propalada entre mulheres e homens não era mais do que retórica, e as mulheres defrontaram-se com a questão da necessária articulação entre a luta contra as condições objetivas da opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais. Assim, urgia contemplar a questão da subjetividade num terreno em que a base economicista por si só era insuficiente para a resolução dessa contradição. Assim, mulheres que apresentavam fortes discordâncias, muitas considerando prioridade as causas mais voltadas às mulheres pobres, em determinado momento, despertaram, também, para questões, até então vistas como secundárias. Passaram, como expressa Lígia Coelho, a valorizar a “importância de entender a sua própria vivência, e as questões propriamente feministas, sendo a questão da sexualidade, a questão da violência contra a mulher e o problema das relações cotidianas com os homens”. Ou seja, os desencontros anteriores dão lugar a encontros como resultado da emergência de uma consciência de gênero que as faz perceber outras desigualdades, além daquelas de classe. Assim, completa Lígia: “muitas ali que no primeiro momento resistiram depois entraram totalmente nessas questões todas, com força total”.

*Abstract: This article aims at examining the meanings of the Centro da Mulher Brasileira - CMB, Rio de Janeiro, for the Brazilian feminist struggle during the 1970s and 1980s. Drawing from different sources, we will focus on the divergences that emerged inside the CMB*

<sup>31</sup> Advogado considera trama homossexual. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 nov. 1981.

*related on how to conduct its actions. Moreover, we will examine the identity-building process and the role played by leftist ideologies inside the Centro.*

Keywords: *feminisms – failed encounters – gender consciousness*

(Recebido em novembro de 2006 e aprovado para publicação em março de 2007).

## Referências

- ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [19—].
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, v. 4, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: PERSPECTIVAS antropológicas da mulher. v. 4. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1984.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero: Revista do Núcleo Transdisciplinar dos Estudos de Gênero – NUTEG*, Niterói, v. 5, n. 2, 2005.
- ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. v. 5. Porto: Afrontamento, 1994.
- ESTEVES, Flávia C.; MESQUITA, Cecília C. de. Duas trajetórias: a memória do movimento feminista no Brasil. [200-]. *Revista Cantareira*. Disponível em: <[www.historia.uff.br/Cantareira](http://www.historia.uff.br/Cantareira)>.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GOLDBERG, Annete. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado)-IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, Academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL: mulher, história e feminismo*, Campinas, SP, n. 3-4, 1995-1996.

MURARO, Rose Marie. *A mulher na construção do mundo futuro*. Petrópolis: Vozes, 1967.

PEREIRA, Carlos Alberto M. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PERROT, Michelle. Sair. In: \_\_\_\_\_; DUBY, Georges. *História das mulheres no Ocidente*. v. 4: o século XIX. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo?: feminismo e (pós) modernidade no Brasil. *Cadernos AEL: mulher, história e feminismo*, Campinas, SP, n. 3-4, 1995-1996.

RIDENTI, Marcelo S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2. sem. 1990.

RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). *O Século XX*. v. 3: o tempo das dúvidas: do declínio das utopias à globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Luz*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOIHET, Rachel. Feminismo X antifeminismo de libertários: a luta das mulheres pela cidadania durante o regime autoritário. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

THOMPSON, E. P. Lucha de clases sin clases? In: \_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1984.

VARIKAS, Eleni. 'O Pessoal é Político': desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997.

## Periódicos

Folha de S. Paulo

Jornal do Brasil

Lampião da Esquina

O Fluminense

O Globo

O Pasquim

Opinião

Revista Cláudia

---

254 Niterói, v. 7, n. 2, p. 237-255, 1. sem. 2007

*Rachel Soihet*



## **Entrevistas**

Hildete Pereira de Melo concedida em 02 de janeiro de 2005.

Leila Linhares Barsted concedida em 13 de abril de 2004.

Lígia Maria de Souza Coelho Rodrigues concedida em 01 de fevereiro de 2005.

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Santinha) concedida em 20 de maio de 2005.

Maria Luisa Heilborn (Malu) concedida em 11 de maio de 2005.

Moema Toscano concedida em 17 de junho de 2003.